

CUT e Sisejufe convocam para a luta

Foto: Henri Figueiredo

Trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade unidos contra a crise e as demissões ocuparão ruas, praças e avenidas no próximo dia 14 de agosto. A CUT, o Sisejufe, outras centrais sindicais e movimentos sociais estão convocando a população para a luta contra as demissões, por emprego e melhores salários, pela manutenção e ampliação dos direitos, pela redução das taxas de juros, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pelas reformas agrária e urbana e em defesa dos investimentos em políticas sociais.

No Brasil, a ação nefasta e oportunista das multinacionais do setor produtivo e de empresas como a Vale, a CSN

e a Embraer levou à demissão de centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras. O governo federal, que injetou bilhões de reais na economia para salvar as montadoras e as empresas de eletrodomésticos (linha branca), entre outras, tem a obrigação de exigir a garantia de emprego para a classe trabalhadora como contrapartida à ajuda concedida.

O povo não é culpado pela crise. Ela é resultado de um sistema que entra em crise periodicamente e transforma o planeta em imensa ciranda financeira, com regras ditadas pelo mercado. Diante do fracasso desta lógica excludente, querem que a classe trabalhadora pague pela crise.



A concentração dos manifestantes será às 10h, na Candelária. A passeata seguirá até a passarela entre a Petrobras e o BNDES. A categoria do Judiciário Federal vai parar por uma hora, entre 12h e 13h.

- **Não às demissões**
- **Em defesa da Petrobras e das riquezas do pré-sal**
- **Pela ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT**
- **Redução dos juros**
- **Fim do superávit primário**
- **Redução da jornada de trabalho sem redução de salários**
- **Reforma agrária e urbana**
- **Fim do fator previdenciário**
- **Por saúde, educação e moradia**
- **Pela continuidade da política de valorização do salário mínimo**

No eixo ligado ao nosso Plano de Carreira, o Sisejufe está atendendo ao chamado da Fenajufe e orientando a categoria a parar de trabalhar durante uma hora, de 12h às 13h, em todos os fóruns do Judiciário Federal no Estado do Rio de Janeiro. O sindicato vai organizar manifestações em frente ao TRF (Rua Acre), TRT (Rua do Lavradio), TRE (Pres. Wilson) e Justiça

Federal (Rio Branco). Estaremos nesses locais com faixas, adesivos e boletins informativos sobre a nossa luta. Os servidores do interior que quiserem aderir ao protesto e enviar o nosso projeto de Plano de Carreira ao congressistas (com as modificações aprovadas pela categoria) podem solicitar esse material no endereço eletrônico contato@sisejufe.org.br.

Aposentados têm reunião dia 25 de agosto, às 15h

O Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe vai promover uma Oficina de Ginástica Cerebral na sede do sindicato, na última terça-feira de agosto, às 15h. Participe!

LEIA TAMBÉM

As diretrizes da categoria na luta pela tabela salarial e Plano de Carreira
Página 3

Sindicato leva reivindicações ao novo presidente do TRF

Páginas 4 e 5

14 de agosto de 2009 – Sexta

Dia Nacional de Luta pela nova tabela salarial e Plano de Carreira

- **Pela redução da jornada de trabalho – 6 horas já!**
- **Conselho Gestor da Carreira**

Oposição sindical ataca decisões de assembleia

Em texto distribuído por correio eletrônico no TRE, assinado por membros da oposição sindical, há um ataque frontal às decisões da última Assembleia Geral – ocorrida na noite de 21 de julho, na sede do Sisejufe. O texto omite que a orientação de se buscar o aumento agora e garantir a construção do Plano de Carreira num momento posterior foi decisão majoritária da assembleia. A oposição tenta fazer crer que a diretoria manipula o voto e a vontade de quem participa das instâncias deliberativas do sindicato. Tal tentativa insulta e desrespeita a democracia – a oposição teve 8 votos numa assembleia de 60 servidores e insiste que suas ideias são melhores que as do coletivo. A oposição insulta a categoria porque diz que quem vota no que a direção propõe ou é manipulado ou mal-intencionado. Qualificamos tal comportamento de cacoete ditatorial, típico de quem só aceita decisões da maioria quando lhe são favoráveis. A oposição desrespeita a democracia porque chama uma assembleia de servidores de “entidade abstrata”, como foi postado no email. Assembleia de servidores é uma instância deliberativa concreta e coletiva. Tem caras, nomes, assinaturas, se reúne, discute e vota. A isto chamamos concretização da democracia. Desprezar essa instância e afirmar que a “diretoria jogou a responsabilidade nas costas de uma assembleia” não tem lógica nem cabimento. Ora, o projeto da categoria do Rio de Janeiro tem que ser decidido por quem? Pela categoria. De que maneira? Através da discussão e do voto. Como se faz isto? Convoca-se uma assembleia, os interessados comparecem, se reúnem, discutem e votam. Os que não estão acostumados com a prática democrática em vez de acatar tais decisões, atacam as decisões. Fica claro, desse modo, quem mobiliza a base, a escuta, e decide dentro das regras democráticas. E quem desrespeita e ataca todas as decisões coletivas, depreciando o voto, a inteligência e a vontade de quem se dispõe a participar dos rumos da categoria dos servidores do Judiciário Federal.



Teresópolis: sindicato representa contra supervisora

Assédio Moral Servidores denunciam continuidade dos constrangimentos

O Sisejufe protocolou, em 6 de julho, representação na Direção da Seção Judiciária da Justiça Federal contra a servidora Adriana Kastrup, servidora lotada na Vara Federal de Teresópolis. A representação do sindicato se deve a um conjunto de arbitrariedades que estariam sendo cometidas pela servidora e que consistiriam, em síntese, em assédio moral e abuso de poder perante seus subordinados, servidores públicos federais filiados a este Sisejufe, e a estagiários da Vara.

De acordo com relatos trazidos ao Sisejufe, a servidora em questão manifesta falta de urbanidade no tratamento com estagiários e os servidores, afrontando vários deveres funcionais prescritos na Lei 8.112/1990. Valendo-se da função que ocupa como pessoa de confiança do juiz titular da Vara, Alcir Luiz Lopes Coelho (magistrado com várias representações na Corregedoria, e com quem manteria amizade pessoal), a servidora abusaria das atribuições conferidas ao

cargo, extrapolando o limite do aceitável, adentrando-se ao campo do assédio moral e abuso de poder.

Entre as ilegalidades que estariam sendo cometidas pela servidora Adriana Kastrup, sob a supervisão e o consentimento do Juiz Federal titular da Vara Federal de Teresópolis, Alcir Luiz Lopes Coelho, e que podem caracterizar o assédio moral da servidora para com seus subordinados estão as seguintes (todas relatadas pelos servidores): a) cria um clima de medo dentro da sala do Juizado, na medida em que os servidores estariam impedidos de se comunicar, sob pena de sofrerem repreensões em voz alta, na frente de todos os presentes; b) atribui para os servidores analistas as tarefas insignificantes, incompatíveis com as atribuições do cargo, dando aos estagiários tarefas mais intelectuais; teria influenciado o Diretor de Secretaria nas avaliações dos servidores subordinados, prevalecendo apenas o seu ponto de vista, além de que

teria utilizado o poder de avaliar e da situação privilegiada para inferiorizar os servidores, utilizando-se de argumentos totalmente descabidos. Por exemplo, a servidora retira ponto na avaliação alegando que o servidor se ausenta do local de trabalho sem o conhecimento da chefia, quando, na verdade, o servidor está trabalhando na secretaria, gabinete ou apoio. O comportamento da supervisora Adriana seria de tal maneira insuportável que o juiz federal titular da Vara lotaria servidores no Juizado Especial com a intenção de puni-los.

Pouco tempo atrás, um dos estagiários teria sido desligado do estágio pelo motivo de a servidora Adriana Kastrup o ter perseguido com um tom arrogante e grosseiro. O estagiário que foi desligado teve de fazer acompanhamento psicológico no período em que trabalhou na Vara, por não ter suportado tamanha pressão psicológica. De acordo com os relatos, ao atenderem as pessoas do balcão (par-

tes integrantes dos processos e advogados), a servidora Adriana Kastrup ordenaria aos estagiários darem o mínimo de informações possível e reclamaria quando os estagiários mostram os autos do processo para as partes. Ela teria alegado que não há necessidade de os autos saírem dos seus escaninhos.

A falta de urbanidade no trato com os servidores e estagiários gerou um clima de insegurança e completa insatisfação. Tais fatos devem ser apurados, pois verifica-se grande evasão de servidores da Vara Federal de Teresópolis após a entrada da servidora Adriana Kastrup. O sindicato adverte que, se permanecer no cargo durante a apuração dos fatos a ela imputados, a servidora Adriana Kastrup poderá agravar ainda mais a situação de seus subordinados, como medida repressiva frente à presente representação.

Do Departamento Jurídico do Sisejufe.

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejufe.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,6 mil exemplares.
Gráfica e Editora
Minister

Categoria referenda política do sindicato e elege delegação

Plano de Carreira Assembleia participativa aprovou diretrizes e indicou nomes à Ampliada da Fenajufe

Henri Figueiredo*

Numa assembleia representativa, com intensa participação dos presentes (cerca de 60 servidores do Judiciário Federal), o sindicato elegeu a delegação que irá, em 15 e 16 de agosto, à próxima Reunião Ampliada da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) – que reúne as entidades representativas do setor. Em primeiro lugar, a assembleia debateu a posição da categoria com relação às propostas e a estratégia de aprovação do Plano de Carreira do Judiciário. Por unanimidade foram rejeitadas as propostas dos Diretores Gerais dos tribunais superiores e da Comissão Interdisciplinar do Supremo Tribunal Federal (STF). Houve, também, um debate sobre a estratégia a ser adotada neste momento pela categoria. As intervenções dos sindicalizados variaram da defesa de se insistir na aprovação do Plano de Carreira agora, ou na aprovação do reajuste salarial com a garantia de que haja um Conselho Gestor da Carreira para que o debate do plano não morra. E que esse conselho seja paritário.

Na posição de se insistir na aprovação do Plano de Carreira

falaram os servidores sindicalizados Marcos Valério Lemos Raposo, Rinaldo Martins de Oliveira e David Batista Cordeiro da Silva. Na posição de se brigar pelo aumento agora, por conta do problema do tempo, falaram os diretores sindicais Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiros dos Santos, Roberto Ponciano e o sindicalizado Isaías lack Ximenes, oficial de justiça da JF da Rio Branco. Por grande maioria, com apenas 8 votos contrários, foi aprovado que, emergencialmente, a luta é pelo aumento de 86%, mas com mudanças pontuais no plano apresentado.

PROPOSTAS DE MUDANÇAS NO PLANO

Entre as mudanças propostas está a interposição de tabelas entre auxiliares, técnicos e analistas, o aumento no vencimento básico sem a criação de gratificações novas, a manutenção da paridade entre ativos e inativos, a manutenção da GAE e da GAS; GAE, GAS e GAJ no último patamar da carreira; e a retomada da área de informática. Votadas pela assembleia, estas propostas não são mais da direção, mas de toda a categoria. Foram referendadas democraticamente – inclusive com a



Valter, coordenador da Fenajufe e diretor do Sisejufe, expõe propostas ao plenário

estratégia de se garantir o aumento e continuar lutando pelo Plano de Carreira, para que não se tenha 0% de reajuste em 2009 e em 2010.

A delegação, eleita por unanimidade, é composta pelos

seguintes servidores: Vera Lucia Pinheiro dos Santos, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, João Mac-Cormick da Costa, Marcos André Leite Pereira e Sidnei Barbosa Seixas. Serão enviados, como observadores, os servidores Mariana Liria, Ronaldo das

Virgens e Joel Lima de Farias. Os suplentes (que viajam em caso de impedimento de algum delegado ou observador) são: João Cunha e Gilbert de Azevedo Silva.

*Da Redação

Aprovada paralisação de 1 hora no dia 14 de agosto

Na noite de terça-feira, 21 de julho, os sindicalizados aprovaram as seguintes diretrizes para a luta sindical relacionada ao Plano de Carreira:

1) Garantir a revisão salarial e a continuidade do debate sobre carreira.

2) Rechaçar a proposta dos diretores gerais dos tribunais superiores, principalmente a criação da Gratificação de Desempenho (GD) e a quebra da paridade entre ativos e aposentados.

3) Priorizar o incremento do vencimento básico em relação à ampliação da GAJ ou, caso for criada, a Gratificação por Representação (GR), proposta pelos DGs dos tribunais superiores.

4) Diminuir a diferença salarial entre auxiliar, técnico e analista, utilizando a sobreposição de tabelas, se for o caso.

5) Defender a composição paritária do Conselho Consultivo e nominar a Fenajufe no projeto, para a garantia da continuidade da discussão sobre carreira.

6) Manter o pagamento da GAS e GAE e, se for criada a GR, que seja cumulativa.

7) Questionar a falta de linearidade dos aumentos de CJs em relação a outras parcelas salariais, já que na proposta dos DGs houve um incremento excessivo.

8) Realizar paralisação de 1 hora no dia nacional de paralisação, 14 de agosto, em todos os tribunais da capital e ver em quais fóruns do interior será possível esta paralisação.

Seminário Saúde do Trabalhador e Assédio Moral

O Departamento de Saúde do Sisejufe realiza, nos dias 19 e 20 de agosto, o Seminário Saúde do Trabalhador e Assédio Moral. O Departamento de Saúde surge, nesta gestão, como instrumento para cumprir a missão no sindicato tanto de analisar as condições de saúde dos servidores quanto de formular e capacitar para uma melhor intervenção nesse aspecto. O Seminário de Saúde foi planejado dentro do entendimento que muitas doenças que nos acometem estão relacionadas às condições e organização do trabalho.

Conseguir perceber os adoecimentos como intrínsecos às condições de trabalho tem eficácia porque, a partir disso, é pos-

sível propor ações de prevenção e tratamento a partir do local e das relações de trabalho. O aumento das LER/Dort e das doenças psíquicas faz com que o Sisejufe, através do Departamento de Saúde, busque soluções e proponha este seminário para que possamos trocar experiências de como lidar com o problema. O intuito é aperfeiçoar saberes sobre os adoecimentos laborais e combater suas causas, como más condições e excesso de trabalho e o assédio moral.

Evidenciar que o adoecimento dos trabalhadores está relacionado às condições de trabalho e apontar estratégias de superação das condições adoecedoras.

Os objetivos específicos são apresentar os quadros de adoecimento e seus desdobramentos nas relações de trabalho; indicar ações de prevenção e promoção da saúde a partir do local de trabalho; indicar ações específicas de melhoria das condições de trabalho que podem beneficiar a condição de saúde; evidenciar os preconceitos sociais que também pertencem ao ambiente de trabalho e figuram como condições adoecedoras, assim como ações de extinção desses preconceitos e de conscientização dos servidores; indicar possibilidades de melhoria nos serviços de saúde do Judiciário e as questionar os critérios dos planos de saúde dos trabalhadores.

Programação

Mesa 1

Quarta

19 de agosto – 18h

Saúde do Trabalhador: Condições de trabalho e assistência

Preletores:

- Dr. Rogério Dornelles (Médico do Trabalho)
- Dr. Antonio Carlos dos Santos Cardoso (Cesteh-Fiocruz)

20h

Intervenções com perguntas e respostas

Inscrições

saude@sisejufe.org.br.
(21) 2215-2443

Mesa 2

Quinta

20 de agosto – 18h

Assédio moral e relações de trabalho

Preletoras:

- Mara Rejane Weber (Servidora JF-RS)
- Terezinha Martins dos Santos Souza (UFRB - IESC/UFRJ)

20h

Intervenções com perguntas e respostas

Forneça os seguintes dados: Nome completo; Tribunal, cargo e lotação; telefone para contato.

Sisejufe tem primeira reunião com o n

TRF Dirigentes sindicais enumeram reivindicações da categoria ao desembargador Paulo Espírito Santo

Da Redação

Na tarde de quarta-feira, 22 de julho, os diretores do Sisejufe Marcos André Leite Pereira, Mariana Liria e Valter Nogueira Alves, acom-

panhados do representante de base Ronaldo das Virgens, estiveram reunidos com o desembargador federal Paulo Espírito Santo, presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Foi a primeira reunião entre o sindicato e o novo presidente do TRF. Na pauta, uma série de reivindicações dos servidores. De maneira geral, o magistrado se comprometeu a estudar a viabi-

lidade das demandas e, nos pontos em que expôs seu posicionamento, disse que buscaria junto aos órgãos competentes o apoio para a implementação de mudanças.

Da esquerda para a direita, a diretora Mariana Liria; o diretor Valter Nogueira Alves; o diretor Marcos André Leite Pereira; e o representante sindical de base Ronaldo das Virgens



Fotos: Henri Figueiredo

Fotos: Sérgio Brenner

REDUÇÃO DA JORNADA

No que tange à redução da jornada de trabalho para 6 horas, o presidente do TRF informou não ter posicionamento definido sobre o tema, mas se mostrou aberto à discussão. Os diretores sindicais ressaltaram a experiência de outros órgãos que já adotam a nova jornada sem prejuízo de produtividade e vão encaminhar um estudo detalhado acerca da matéria. No próximo contato, o Sisejufe buscará saber qual o posicionamento da Administração.

JUROS DE 11,98%

Com relação ao pagamento dos passivos da URV (11,98%), o presidente reafirmou que tal verba já foi liberada e que já foi incluída em folha de pagamento. Como noticiado na página de internet do Sisejufe, o TRF da 2ª Região e a SJRJ já rodaram a folha para pagamento dos valores referentes aos juros da URV (11,98%). O diretor Valter Nogueira Alves consultou o secretário de Orçamento do Conselho da Justiça Federal, na tarde de 21 de julho, e obteve a informação de que, embora os créditos já estejam previstos, faltavam trâmites burocráticos para que verba fosse disponibilizada

ao tribunal e à Seção Judiciária. Na segunda, 27 de julho, foi depositada parcela dos juros da URV para aposentados e pensionistas do TRF e da Justiça Federal – os valores foram referentes aos meses de janeiro a abril de 1999. Do passivo dos 11,98% ainda restam os meses de maio de 1999 a setembro de 2000. Não há previsão para pagamento da diferença de índice aos servidores da ativa. Na primeira quinzena de julho, o Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou para a Justiça Federal de 1ª e de 2ª instâncias verba para o pagamento dos juros da URV (11,98%).

O pagamento, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foi feito somente para os aposentados e pensionistas já que essa verba, segundo a administração, já foi quitada para os ativos do TRF e da SJRJ. A Fenajufe e os sindicatos de base têm feito gestões juntos aos tribunais reforçando a necessidade de criação de um calendário nacional para o pagamento dos passivos do Judiciário Federal, que incluiria pendências como os quintos. No dia 23 de julho ocorreu reunião entres os presidentes dos TRFs e ministro do Planejamento para tratar do pagamento dos passivos. De acordo com Valter Nogueira Alves, o sindicato entrará em contato com a Presidência

do TRF para obter mais informações sobre essa reunião.

AGENTES DE SEGURANÇA

Em relação às demandas específicas dos agentes de segurança, o presidente do TRF se mostrou surpreso com a informação de que tais profissionais estão sofrendo pressão por parte de suas chefias na Seção Judiciária – que tensionam para que os servidores tirem seu porte de arma particular e adquiram suas próprias armas para trabalhar a serviço da Justiça. Paulo Espírito Santo afirmou que a portaria que regulamenta a questão do porte particular foi editada no sentido de facilitar a retirada do porte por parte dos agentes, e nunca para abrir margem para a prática de assédio moral – o que censurou veementemente. Os diretores sindicais informaram ao desembargador que a coordenação da segurança na Seção Judiciária retirou do plantão judiciário os agentes que questionaram o fato de terem de adquirir armas e tirar o porte privado para prestação do serviço de segurança armada. Tais fatos podem ser comprovados por de uma série de correspondências eletrônicas que oferecem tanto facilidades para compra de armas quanto para a aquisição de porte privado junto à Polícia Federal.

Também é possível comprovar a prática de assédio moral no fato de que um dos critérios para seleção para o recente curso de formação é porte privado de arma ou o comprometimento do agente em tirá-lo. O presidente do TRF solicitou que o sindicato informe sobre os profissionais que sofreram represália por parte de suas chefias e foram retirados do plantão, com perda salarial. Logo que essa prática de assédio teve início, na SJRJ, o Sisejufe solicitou ao Sistema Nacional de Armas (Sinarm) um parecer acerca da legalidade do uso do porte privado para desempenho das atividades de segurança no Judiciário. Segundo pareceres do Sinarm, essa prática é ilegal, pois tenta de forma transversa burlar o Estatuto do Desarmamento. O porte privado é para defesa pessoal e não para uso institucional. Os diretores sindicais entregaram os pareceres ao presidente do TRF, confirmando a ilegalidade.

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Os diretores do sindicato levaram ao desembargador Paulo Espírito Santo, presidente do TRF, a preocupação dos oficiais de justiça com as novas tarefas administrativas que a Direção do Foro sinaliza que lhes imporá,

repassando o trabalho de processamento dos mandados – que hoje é feito por setores internos. Tais mudanças acarretarão o aumento no tempo de cumprimento dos mandados, com a consequente queda de eficiência no trabalho dos oficiais e da prestação jurisdicional. Foi solicitado ao presidente do TRF apoio político com relação à retomada do cargo de oficial de justiça – que hoje tem uma especialidade, Executante de Mandados, no cargo de Analista Judiciário – no próximo Plano de Carreira, assim como à manutenção da Gratificação de Atividade Externa – GAE, criada pela Lei nº 11.416 e que representou significativo avanço para a categoria. O presidente disse que averiguará junto à Direção do Foro o impacto das alterações no funcionamento da Central de Mandados e se propôs a contactar o presidente do Supremo Tribunal Federal quanto à criação do cargo específico e à manutenção da mencionada gratificação, em relação aos quais manifestou expresso apoio.

POLÍTICA DE LOTAÇÃO

O sindicato denunciou ao presidente a política de remoção praticada pela Seção Judiciária. Vários servidores nos últimos períodos estão sendo removidos

Novo presidente do TRF

sem critérios, principalmente pelo fato de tirarem licença saúde por período superior a 30 dias. E, também, quando há a lotação de juiz em alguma Vara do interior – fato ocorrido recentemente em Campos. O presidente se comprometeu a averiguar a atual política de lotação, mais particularmente em relação às recentes relotações de colegas que fruíram licença para tratamento de saúde e perderam suas lotações.

AUXÍLIOS SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E PRÉ-ESCOLAR

Os diretores do Sisejufe solicitaram ao presidente que faça gestões junto ao Conselho da Justiça Federal (CJF) para que sejam reajustados esses auxílios, já que o de alimentação está sem reajuste há mais de 2 anos, e seu valor nos tribunais superiores é de R\$ 630. O presidente informou que o orçamento do tribunal está em fase de conclusão e que conversará com o diretor geral do TRF para que o valor do auxílio saúde seja também reajustado. No STJ tal valor é de R\$ 150, enquanto no TRF é de apenas R\$ 90. Em relação ao Pape, o valor pago no STJ é de R\$ 450. No TRF é de R\$ 280. O desembargador Paulo Espírito Santo comprometeu-se a verificar tais valores junto ao CJF.

PLANO DE SAÚDE E CONSIGNAÇÃO

Os diretores sindicais também apresentaram ao presidente do TRF a reivindicação para que os valores referentes ao desconto do plano de saúde dos servidores que estão no Unimed/Sisejufe não sejam considerados para efeitos de inclusão na margem consignável, já que o mesmo não acontece com o plano de saúde do tribunal. O presidente Paulo Espírito Santo considerou justa a reivindicação e disse que vai estudar a viabilidade de tratar da mesma forma o desconto em folha em relação à Unimed.

REGISTROS ELETRÔNICOS DE ACESSO

Os diretores sindicais reivindicaram, ainda, o acesso dos servidores aos seus próprios horários de trabalho, registrados nas catracas eletrônicas. Segundo informado pela Divisão de Segurança, o acesso dependeria da aquisição e instalação de um software do qual não dispõe ainda o TRF. Igualmente, o presidente declarou considerar justa a reivindicação e que estudaria a viabilidade de implementá-la.

PROMOÇÃO E ESTÁGIO PROBATÓRIO

A Presidência foi informada, também, de que a mudança no entendimento acerca do tempo para se completar o estágio probatório acarretou distorções entre servidores que foram avaliados em estágio de 2 e 3 anos. Aqueles, por conta do PCS2, foram elevados para o quarto padrão da carreira, pois prestaram estágio em 2 anos, enquanto servidores mais antigos, que passaram por estágio de 3 anos, estão com uma referência a menos, ou seja, o servidor com 8 anos no Judiciário está no 10º padrão da carreira, enquanto o que está com 9 anos, está no 9º padrão. Isso se deu pelo fato de o Conselho da Justiça Federal (CJF) responder a uma consulta do TRF2 acerca dessa distorção.

O entendimento do CJF foi de que, como está proibida a movimentação extraordinária, o correto é que os servidores que foram avaliados em estágio de 2 anos, e estão com um padrão a frente de servidores mais antigos, fiquem este ano sem a promoção ordinária. De acordo com os diretores sindicais, isso é inadmissível, pois ao invés de corrigir uma distorção, o CJF piorou o que já estava ruim. O presidente do TRF disse que iria analisar e levar o caso novamente ao CJF.

PLANO DE CARREIRA

O sindicato, por fim, cientificou a administração da atual tramitação do novo Plano de Carreira, informando que está trabalhando para mobilizar os servidores na luta por sua aprovação. O presidente afirmou que não tem qualquer intenção de punir os servidores envolvidos nessa luta e que, ao contrário, entende que a Administração e a categoria têm pautas em comum. Segundo Espírito Santo, as portas estão abertas ao diálogo e ao trabalho coletivo. O Sisejufe avalia como frutífero o primeiro contato com o atual presidente do TRF2 e se comprometeu a fornecer subsídios fáticos e teóricos para a implementação de políticas que visem o bem estar da categoria e o bom atendimento ao jurisdicionados.



JURÍDICAS

GAS para agentes/inspetores aposentados e pensionistas

O sindicato obteve sentença de parcial procedência no processo 2008.34.00.016873-6/DF, que tramita na 3ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal. A ação coletiva foi movida pelo Sisejufe, em substituição processual dos seus filiados agentes e inspetores de segurança aposentados e respectivos pensionistas. A decisão declara o direito dos substituídos à percepção da Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), prevista na Lei 11.416/2006, até que haja regulamento específico sobre a matéria, condenando a União ao pagamento dos valores atrasados, desde os efeitos financeiros do PCS de 2006. Embora represente vitória importante, há vários pontos da sentença que serão objeto de embargos de declaração e, se necessário, recurso de apelação, pois independente da existência de regulamento específico regional, a GAS mantém sua natureza geral. Em outras palavras: a GAS deve ser paga para aposentados e pensionistas de forma incorporada e

permanente. A matéria a ser embargada diz com contradição essencial na sentença, que reconhece o direito à extensão da GAS e sua natureza geral (para agentes e inspetores), mas permite sua limitação quando da regularização do curso de capacitação. De qualquer forma, é mais uma conquista importante, que tende a consolidar o direito dos agentes, inspetores e pensionistas à GAS, em definitivo. Como em todos os processos da espécie, a matéria colherá o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal ou, se a matéria for reconhecida apenas como de amplitude infraconstitucional, o pronunciamento final virá do Superior Tribunal de Justiça.

Indeferimentos de AQ no TRE

Visando dar maior celeridade para a apresentação dos Recursos Administrativos aos indeferimentos dos Pedidos de Adicional de Qualificação (AQ) dos sindicalizados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Departamento Jurídico do Sisejufe solicita o comparecimento dos servidores com cópias de todo o processo administrativo e cópia da Página do Diário Oficial com a publicação da decisão (indeferimento). Os plantões adminis-

trativos do Departamento Jurídico do Sisejufe são às terças e quintas-feiras das 14h às 18h e às sextas-feiras das 9h às 13h. Favor ligar (21) 2215.2443 e agendar horário.

Publicado Edital do Concurso Nacional de Remoção

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Justiça Federal informou que o edital do Concurso Nacional de Remoção de servidores, por permuta, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais e respectivas Seções Judiciárias, foi publicado no dia 31 de julho de 2009. As inscrições estão abertas até o dia 14 de agosto de 2009. O CJF disponibilizará o resultado preliminar do concurso no Portal da Justiça Federal a partir da data provável de 16 de outubro de 2009, sendo publicado no Diário Oficial da União (DOU). O resultado final será também divulgado no Portal e publicado no DOU na data provável de 30 de novembro de 2009. No primeiro dia útil, após a publicação do resultado final, o CJF e os Tribunais expedirão os respectivos atos de remoção, que serão publicados no DOU.

Sindicato promove assembleia em Campos

Justiça Federal

Cidade do Norte Fluminense faz história: foi a primeira assembleia fora da Região Metropolitana



Fotos: Ana Têresa Faez

No dia 1º de julho, uma quarta-feira, os servidores de Campos dos Goytacazes entraram para a história do Sisejufe, ao realizar, em quase 20 anos de existência do sindicato, a primeira assembleia de sindicalizados fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fora da cidade do Rio, o sindicato só tinha realizado assembleias em Niterói e em São Jorão de Meriti. No maior fórum da Região Norte Fluminense, quase 80% dos servidores participaram da assem-

bleia. O fórum, que tem 58 servidores, teve mais de 40 participantes além da presença de outros dois servidores Justiça Eleitoral. Uma das pautas foi a política de remoção compulsória adotada pela atual Direção do Foro. Os participantes também foram inteirados do andamento da luta do Plano de Carreira.

A presença maciça foi um belo exemplo de solidariedade, já que os servidores expressaram sua re-

volta contra a política de remoção da Justiça Federal e seu apoio à colega Ana Têresa Faez, removida compulsoriamente da Subseção de Campos para a Justiça Federal da Avenida Venezuela, no Rio.

ABUSOS INCOERÊNCIAS

Durante a assembleia, manifestaram-se, além do diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, a servidora removida e o servidor Olker Pestana que, em

nome dos colegas da Subseção de Campos, falou contra os abusos e incoerências da atual política de gestão de pessoas da administração. Destacou-se o fato de, ao mesmo tempo em que a servidora é removida para “abrir vaga” para servidores que vêm acompanhando um Juiz promovido – e assim atender ao quantitativo de lotação estabelecido pela DIRFO – um servidor requisitado do TRF é lotado na Subseção de Campos, em flagrante desres-

peito aos princípios da impessoalidade e da legalidade.

Ao final da assembleia, que teve cobertura da imprensa local, os oficiais de justiça da Subseção reuniram-se com o diretor Roberto Ponciano para discutir o excesso de trabalho em Campos e a necessidade urgente de se lotarem mais servidores especializados na região (a maior em termos de extensão e com a maior quantidade de mandados).

Oficiais de justiça discutem mudanças na rotina

Nojaf

A partir de reunião, em 7 de julho, sindicato encaminhou requerimentos à Direção do Foro da SJRJ

O relato das alterações de rotina no trabalho dos oficiais de justiça avaliadores federais (Ojaf) com a impressão, montagem, baixa e remessa de mandados via *Siga-ex* foi o centro da reunião extraordinária realizada na terça-feira, 7 de julho, no sindicato. Além desse debate, o Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) do Sisejufe pautou a participação do segmento na luta do Plano de Carreira. O encontro teve a participação do advogado Rudi Cassel, assessor jurídico do sindicato em Brasília, e serviu para o sindicato organizar e encaminhar documento ao juiz diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. No documento, o sindicato requer a suspensão temporária da implementação dos projetos que mudam a rotina do segmento e que seja criado um Grupo de Estudo Técnico, com a participação de representantes dos oficiais de justiça, para análise das medidas a serem implementa-

das. Antecipando-se a um possível indeferimento, o Nojaf requereu que a impressão e montagem de mandados sejam realizadas pelos servidores administrativos das Centrais de Mandados e por estagiários; e que as rotinas de baixa e remessa de mandados para digitalização sejam realizadas pelos servidores administrativos das Centrais de Mandados.

Durante a reunião do Nojaf, os oficiais de justiça lembraram que representam a instituição e o juiz na rua, lidando muitas vezes com a hostilidade do público. Todavia, a Administração estaria desestimulando o segmento ao atribuir a profissionais de nível superior tarefas que hoje são realizadas por estagiários, como a impressão e montagem de mandados. Agora, se vislumbra ocupar mais um dia da semana com a absorção de atividades dos servidores internos. Os mandados ordinários de citação, intimação, penhora



Foto: Henri Figueiredo

Assessoria: Cassel, de pé, ouviu relatos sobre a inserção das Centrais de Mandados no modelo de virtualização

etc. terão seu cumprimento relegado aos dias da semana que sobram. De acordo com muitos dos participantes da reunião do Nojaf, certamente isso vai dificultar as tentativas de encontrar os destinatários das ordens judiciais.

No entanto, o que mais se teme é que, com a redução de dias na semana para atividade externa, os oficiais de justiça não tenham a mesma disponibilidade de tempo para preparar e planejar as diligências – aumen-

tando o risco do seu trabalho em áreas perigosas. As certidões serão feitas no tumultuado ambiente que se criará nas centrais de mandados. E, ainda, sob o peso da cobrança de prazo, que também afetará o trabalho de pesquisa que antecede as avaliações.

Por fim, se todas essas tarefas serão transferidas aos oficiais de justiça, os servidores internos das Centrais de Mandados perderão parcela significativa de sua ocupação. Isso vai

gerar a relotação desses servidores, o que foi confirmado pelo Corregedor do TRF, Sérgio Schwaitzer, em reunião com os diretores do Sisejufe. A vida desses servidores sofrerá grande mudança, vão ter que se adaptar a uma nova rotina de trabalho em outro setor, arcan-do com um prejuízo sem que a Administração tenha qualquer ganho de produtividade com essas medidas.

A imprensa sindical cutista e a batalha pela democratização da Comunicação

Mídia Com rede de Comunicação, sindicatos tentam fortalecer o Davi da consciência contra o Golias da alienação

Leonardo Wexell Severo*

Ao convocar a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) para os dias 1, 2 e 3 de dezembro, mais do que atender a uma reivindicação dos movimentos pela democratização, o presidente Lula tirou da invisibilidade um tema tratado como tabu pelos grandes conglomerados midiáticos, mas que é chave para que o país avance.

Afinal, potencializados pelos avanços tecnológicos e pela convergência digital – que une rádio, televisão, internet e celular –, os meios de comunicação encontram-se cada vez mais onipresentes, pautando a nossa agenda, imprimindo gostos e vontades, formatando consciências e padrões de comportamento. Tanta capacidade de penetração e manipulação levou estudiosos a qualificarem a mídia como o “Quarto Poder”, pois se crê acima do Executivo, Legislativo e Judiciário, a quem tenta controlar e até mesmo subjugar.

Para enfrentar o desafio descortinado pela Confecom e potencializar a intervenção do sindicalismo no embate que se avizinha, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou o seu 5º Encontro Nacional de Comunicação (Enacom), que teve como lema “Democratizar, libertar e incluir”. Reunindo professores, intelectuais, profissionais da área e sindicalistas, o evento lançou luzes sobre o confronto em curso e seus desdobramentos para as novas gerações.

“O poder da mídia é maior do que o poder do Estado. É ela quem constrói a hegemonia. Daí a importância de investirmos em instrumentos para a batalha das ideias, de criar e fortalecer alternativas nossas, de enfrentamento, junto com a mídia pública”, defendeu Venício Lima, professor da UNB e autor do livro *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. Na abertura do Enacom, o professor destacou que uma das tarefas prioritárias do momento é “fazer a denúncia permanente da grande mídia, porque esses meios não fazem o que dizem, omitem, só mostram o que lhes interessa, conseguindo cristalizar uma assimetria de poder contra os interesses da população”.

Para a secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, “é preciso ter claro que os oligopólios midiáticos representam a negação da democracia”. “Eles impõem sua visão imediatista e meramente mercantil sobre os interesses da coletividade. Concentrados nas mãos de meia dúzia de famílias que se apropriaram de concessões públicas de rá-

dio e televisão em nosso país, eles multiplicam o seu poder político e econômico”, denunciou. Rosane Bertotti sublinhou que o debate é relevante, “pois os mesmos que controlam os meios eletrônicos, são donos de jornais e revistas, conformando uma propriedade cruzada que atenta contra a Constituição e multiplica versões como verdades absolutas, fechando espaço ao contraditório, criminalizando os movimentos sociais e jogando contra a nossa auto-estima”. Ao privatizarem o espaço público, frisou, “contaminam o debate na sociedade com os seus anti-valores. O que está sendo inteiramente desconsiderado, para não dizer apagado e mutilado, somos nós: nossa cultura, nossas raízes, nossa música, nossos desenhos, nossos heróis, nossa auto-estima, a forma como nos vemos e vemos aos outros... Como já nos alertou Marx, os meios “recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”.

Imprensa própria mais do que assessoria de imprensa

Daí, a relevância das entidades sindicais estarem ganhando consciência sobre o palco de disputa que é a comunicação, destacou o presidente da CUT, Artur Henrique, “e desta ser vista cada vez mais como um investimento estratégico para a construção de uma nova sociedade e também para a sua própria sobrevivência, independência e autonomia, diante dos constantes ataques do capital contra salários, direitos e conquistas da classe trabalhadora”. No último período, ressaltou Artur, a CUT tem investido em instrumentos próprios de comunicação e priorizado a geração de conteúdo, com abordagens sobre a sua ação político-sindical, acrescidas de análises sobre cultura, economia e política internacional, particularmente através do Portal do Mundo do Trabalho e do Jornal da CUT, mas também da Rede Brasil Atual. Além da Revista do Brasil, com seus mais de 360 mil exemplares, a rede é composta pela rádio Brasil Atual e por um Portal de internet.

Um levantamento parcial dá conta de que as publicações da imprensa sindical brasileira ultrapassam os dez milhões de exemplares/mês, distribuídos principalmente nos locais de trabalho, em contato direto do dirigente com a base. No último período se somam a essa diversidade de jornais, revistas e boletins, a internet, “mais barata, ágil e onde é possível incluir muita gente”, destacou o jornalista Joaquim Palhares, coordenador da Agência Carta Maior. “Todos temos de remar juntos. Somente conseguiremos fazer o debate com



Foto: Henri Figueiredo

Para enfrentar o desafio descortinado pela Confecom e potencializar a intervenção do sindicalismo no embate que se avizinha, a CUT realizou o seu 5º Encontro Nacional de Comunicação (Enacom), que teve como lema “Democratizar, libertar e incluir”. Reunindo professores, intelectuais, profissionais da área e sindicalistas, o evento lançou luzes sobre o confronto em curso e seus desdobramentos para as novas gerações. Na foto acima, o professor Marcos Dantas, da PUC-RJ; Celso Schroeder, do FNDC; o diretor da CUT, Manoel Messias; Roseli Goffman, do Conselho Federal de Psicologia; e o jornalista João Brant, do Coletivo Intervezes.

uma rede de comunicação vigorosa, que faça uma análise do cotidiano mas também aponte para o longo prazo”, acrescentou.

A compreensão unânime é que os diferentes meios utilizados pelas entidades são complementares, imprescindíveis para o sucesso da ação sindical, pois divulgam as realizações, mantêm a categoria informada, combatem irregularidades, convocam assembleias e mobilizações, fazendo a abordagem desde um ponto de vista de classe, que vai além do olhar corporativo. São iniciativas que têm se multiplicado, alimentando o Davi da consciência contra o Golias da alienação.

“A CUT é a organização mais poderosa da América Latina, a central consegue movimentar as massas, ir para o embate”, disse Palhares, esclarecendo que a compreensão do significado da luta política em curso deve ser diretamente proporcional ao investimento das entidades na comunicação.

Democracia exige mudanças nas concessões públicas

Entre os pontos prioritários a serem levados como bandeira para a Conferência Nacional de Comunicação o Enacom elegeu a regulamentação dos artigos 220, 221 e 223 da Constituição Federal, “pois apesar de reconhecer a natureza pública do setor e sua importância vital para a nação, passadas duas décadas de sua promulgação ainda são letra morta”. A Carta Magna prevê mecanismos de defesa contra programação que atente ao estabelecido no próprio texto constitucional, proíba monopólios e oligopólios nos meios de comunicação, garante espaço para a

produção regional e independente, estabelece a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal, dá preferência às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e ainda garante respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Ou seja, tudo o que os barões da mídia ignoram.

Os delegados se posicionaram unanimemente por mudanças nos processos de concessões de rádio e TV, denunciando que os atuais critérios privilegiam o aspecto econômico, sendo praticamente automático o processo de renovação. Além da definição de regras transparentes e democráticas para concessões e renovações, com o objetivo de garantir diversidade e pluralidade de conteúdo, defenderam a necessidade de que sejam garantidos mecanismos de participação da sociedade no processo.

O fortalecimento do sistema público de comunicação e o fomento a rádios e TVs comunitárias foi outro ponto realçado pelos sindicalistas, que buscam garantir espaço para essas emissoras no espectro analógico e digital, instrumentos de gestão democrática e mecanismos que viabilizem sua sustentabilidade.

O estabelecimento de mecanismos de controle social da comunicação é outra prioridade, já que hoje o cidadão não tem como se defender de violações a direitos humanos praticadas nos conteúdos veiculados pela mídia, nem tem direito a participar na definição de políticas de comunicação. Depois da revogação da Lei de Imprensa, perdeu-se até a regulamentação do direito de resposta, garantido pela Constituição.

A universalização da banda larga e a inclusão digital são, igualmente, passos essenciais para ampliar o direito à informação e à comunicação. Embora o número de usuários de internet seja crescente, o acesso residencial ainda é inteiramente determinado pelo “mercado”, o que exclui milhares de municípios e faz com que as tarifas brasileiras estejam entre as mais caras do mundo. É preciso transformar a banda larga em serviço prestado em regime público, com o uso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para viabilizar a implementação de uma política vigorosa de inclusão digital.

Outra questão fundamental é o estabelecimento de um novo marco regulatório para a convergência tecnológica. Para garantir direitos nesse cenário, é necessária a aprovação de um conjunto de leis, decretos e normas que priorizem o interesse público e a garantia de direitos, além de um órgão regulador que tenha incidência sobre o conjunto das questões, inclusive os aspectos de conteúdo.

Foram três dias de intensos e calorosos debates, que reafirmaram compromissos, como bem sintetizou o jornalista Celso Augusto Schroeder, coordenador do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação: “Somos mais fortalecidos para lutar por políticas públicas que apontem para um novo marco regulatório com controle social para as comunicações em nosso país, pois esta é uma questão de soberania. Afinal, o que está em jogo é a cultura brasileira, é a identidade nacional”.

*Jornalista da CUT Nacional. Matéria especial para o Contraponto.

Igualdade é o máximo, cota é o mínimo

Gênero e Raça

Novo núcleo vai debater e implementar políticas afirmativas de inclusão

Maria Cristina de Paiva Ribeiro*

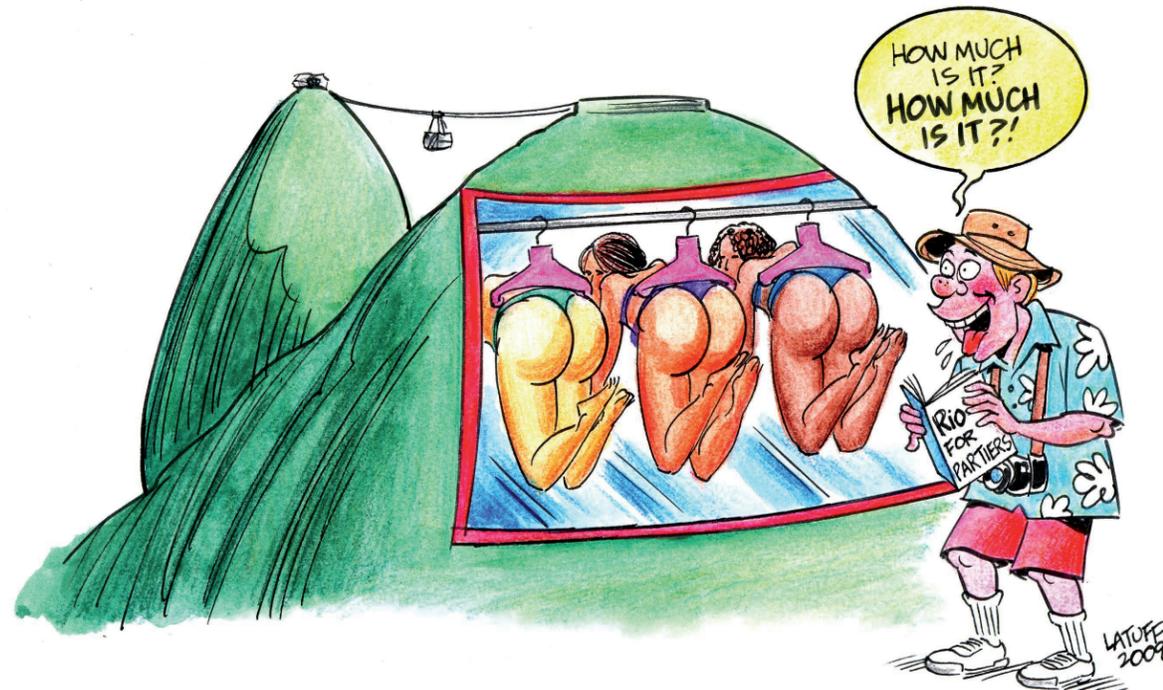
te iniciativa de correção das desigualdades

O Núcleo de Gênero e Raça do Sisejufe, reunido no dia 15 de julho, debateu a participação das mulheres na política e encaminhou orientação para a diretoria do sindicato, assim como a todas as instâncias de representação da entidade, de garantia da participação e presença das mulheres nos espaços de decisão, com intenção política representada na política de cotas. Entidades sindicais, e historicamente, a CUT, são exemplos da construção da participação das mulheres com a aprovação de cotas de 30%: garantem que mulheres saiam da invisibilidade, tanto aquelas que já são capacitadas com experiência militante, quanto as que precisamos investir como atuais e futuras protagonistas.

O primeiro desafio, dentro das instâncias deliberativas do Sisejufe, foi a eleição da delegação para a Reunião Ampliada da Fenajufe, que aconteceu na Assembleia Geral do dia 21 de julho e em que, dentre cinco integrantes da delegação, duas são mulheres. E dentre os três observadores que serão enviados, uma é mulher. Garantir a presença das mulheres em no mínimo 30% da delegação é o primeiro passo para a construção do Sisejufe como entidade sindical livre do machismo. As cotas não garantem uma política de gênero, mas são uma importan-

Mesmo sendo a entidade representativa de uma categoria na qual as mulheres têm um peso numérico substancial, e uma entidade que se pretende democrática e de luta contra as desigualdades, a presença das mulheres não acontece “naturalmente”. É, portanto, necessário o reconhecimento dessa situação como injusta e a iniciativa de uma ruptura com ela, no entendimento de que as mudanças sociais são impulsionadas com ações deliberadas e de impacto. A cota é uma ação afirmativa que visa alterar de imediato situações de quase exclusão das mulheres. Incide, portanto, diretamente sobre as instâncias diretivas, as composições dos centros de decisão e exige uma redivisão dos espaços com setores que tradicionalmente ocupam estes lugares. A cota não visa a fragmentação, mas a inclusão de um grupo já fragmentado e excluído pela desigualdade de gênero.

A cota não apenas amplia a participação feminina nos espaços de decisão (já que sim, temos muitas mulheres preparadas para estes postos) como também impulsiona esta participação: dá oportunidade a talentos silenciosos e silenciados, forma lideranças no cotidiano da militância dos espaços de decisão, modifica o ambiente político com a



presença das mulheres, leva as atuais lideranças buscarem também mulheres para a cena sindical. A adoção de cotas não desqualifica o esforço e capacidade individual das mulheres, ao contrário, favorece o reconhecimento destes, permitindo a presença destas mulheres, o que muitas vezes não existiria apenas pelos canais usuais. Além disso, altera a situação das mulheres como gênero, garantindo a presença coletiva de mulheres e não através das exceções. O valor da nossa sociedade da “livre competência” apenas aprofunda as desigualdades porque estamos tratando de competência entre pessoas tratadas com desigualdade sexista.

*Diretora do Sisejufe.
Coordenadora do Núcleo de Gênero e Raça.

Nota de repúdio

Nós, mulheres representantes de diversos movimentos sociais, repudiamos a Editora Solcat Ltda pela publicação do guia “Rio for Partiers” e a decisão preliminar do juiz federal José Luis Castro Rodríguez, da 21ª Vara Federal, que negou o pedido da Embratur – encaminhado pela Advocacia Geral da União – para que esse guia fosse retirado de circulação. O guia estimula a prostituição classificando as mulheres cariocas em diferentes tipos e instruindo o leitor sobre como garantir relações sexuais com elas. Dentre os tipos classificados encontram-se mulheres que são consideradas “máquinas de sexo” e o guia explica como identificá-las. O referido guia reduz as mulheres à mercadoria, um produto a ser comprado e usado por turistas em sua visita ao Rio de Janeiro. Na venda de sexo, o comprador, homem, se encontra numa posição de poder, na medida em que a mulher é considerada apenas um objeto, para a satisfação exclusiva do

seu comprador. Nesta posição de submissão, essas mulheres são expostas a diversos atos de violência. Sabemos que muitos países têm a prostituição como estratégia de desenvolvimento pelo alto lucro gerado. Repudiamos a existência do turismo sexual e consideramos vergonhosos países que estimulam este “turismo” onde se naturaliza a compra e venda de mulheres em prol do lucro de multinacionais, companhias aéreas, de turismo e até mesmo os governos. Reconhecemos a postura da Embratur como correta e repudiamos a atitude machista da publicação e da permissão da circulação desse guia sexual que representa a mercantilização, exploração das mulheres e incentivo à submissão das relações humanas ao dinheiro. Nós mulheres organizadas lutamos diariamente contra a mercantilização de nossos corpos e nossas vidas. Reafirmamos: somos mulheres e não mercadoria!

Assinam esta nota

• AMAB – Associação de Mulheres de Búzios • AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras • Bordadeiras da Coroa • CACES – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais • CAMTRA – Casa da Mulher Trabalhadora • CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré • CEDIM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do RJ • CEDOICOM – Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher • Comissão Defesa Direitos da Mulher da ALERJ • Comissão de Gênero e Etnia Sindicatos dos Professores do Rio - SINPRO-Rio • Confederação de Mulheres do Brasil - CMB • DCE PUC-RJ

• Federação de Mulheres Fluminenses – FMF • FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais • Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro • Fórum Feminista do Rio de Janeiro • Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis • Grupo Tortura Nunca Mais/RJ • Instituto EQUIT • Instituto Imagem Cidadania • Instituto Vivendo-Gerus • Juventude do PT-RJ • Marcha Mundial das Mulheres • Movimento de Mulheres de Cabo Frio • Mulheres do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL • Museu da Maré • NEPS-Maré - Núcleo de Estudos e Pesquisa Social da Maré • OAB Mulher-RJ • ONG Laboratório Cultural • PVNC - Pré-Vestibular para

Negros e Carentes • Rede Maré Jovem • Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos • Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano • SASERJ – Sindicato dos Assistentes Sociais • Secretaria da Igualdade Racial CUT-RJ • Secretaria da Mulher Trabalhadora CUT-RJ • Secretaria de Mulheres do PCdoB • Secretaria de Mulheres do PT-RJ • Setorial Estadual dos Servidores das Justiças Federais – Sisejufe-RJ • Sindicato dos Advogados • UBM – União Brasileira de Mulheres • UEE-RJ – União Estadual dos Estudantes do RJ • UNE – União Nacional dos Estudantes



Carta do leitor

O perfil do verdadeiro servidor público

- I. Só deve aceitar cargo público mediante aprovação em concurso público.
- II. Não oferece nem aceita propina.
- III. Sente-se mal no ambiente de trabalho onde impera a bajulação e o puxa-saquismo.
- IV. Odeia o nepotismo.
- V. Não pleiteia favores ou gratificações extra-salariais.
- VI. Luta pela melhoria de salário através do aprimoramento técnico, científico e político-filosófico da categoria.

- VII. Manifesta-se ordeiramente nas suas reivindicações.
- VIII. É afeiçoado aos bons costumes.
- IX. Contrapõe-se ao capital especulativo.
- X. É sobrecarregado de compromissos financeiros por tentar proporcionar mais e melhor à família e amigos carentes.

Roosevelt Arueira
Técnico Judiciário “C”
da Justiça Federal RJ
Arraial do Cabo

As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. A publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Colaboração podem ser enviadas para o endereço eletrônico imprensa@sisejufe.org.br.

19 e 20 de agosto, na sede do sindicato

Seminário Saúde do Trabalhador e Assédio Moral

Mais informações na página 3